Crise capitalista e normalização da barbárie[1]: uma análise da conjuntura recente

Dandara Emilly Silva Chagas[2]

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir brevemente a conjuntura recente tendo como marco de análise a crise estrutural do Capital e os rebatimentos na sociedade brasileira nos últimos anos. Tal análise também buscará apontar o papel da mídia no sentido de *atenuar* os efeitos da crise e a consequente ampliação da barbárie social no país no contexto da pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Crise Capitalista. Barbárie. Conjuntura.

ABSTRACT

This paper aims to briefly discuss the recent conjuncture, having as a framework for analysis the structural crisis of Capital and the repercussions in Brazilian society in recent years. Such analysis will also seek to point out the role of the media in mitigating the effects of the crisis and the consequent expansion of social barbarism in the country in the context of the Covid-19 pandemic.

Keywords: Capitalist crisis. Barbarism. Conjuncture.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo traz em sua temática uma análise conjuntural recente com foco na sociedade brasileira, tendo como objetivo principal refletir sobre os efeitos duradouros da crise estrutural do Capital especialmente sua agudização no contexto da Pandemia do Covid-19. Tal reflexão, será realizada a partir da problematização de análises de reportagens e notícias veiculadas na mídia que visam realizar uma *apologética* e *normalização* da crise econômica e a barbárie social em curso.

O intuito dessa análise é refletir sobre as diversas narrativas empreendidas pela mídia nacional que objetiva cercear o processo de compreensão da conjuntura

[1] Pegamos emprestado aqui a expressão cunhada por Mészáros (2003) e por uma extensa lista de autoras do Serviço Social para classificar esse processo de agudização das contradições capitalistas e das expressões da Questão Social, a exemplo de Boschetti (2017).

[2] Universidade Estadual da Paraíba; Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social PPGSS/UEPB; dandaraemillyschagas@outlook.com

por parte da classe trabalhadora exercendo assim o papel de fomentador de um consenso, exercendo, pois, o papel de aparelho privado de hegemonia. O resgate da discussão da crise econômica bem como seus efeitos na conjuntura recente diante da pandemia da Covid-19 visa contribuir para o debate da situação da classe trabalhadora na contemporaneidade.

A presente reflexão parte de uma abordagem teórico-metodológica pautada no materialismo histórico dialético, por compreender que é aquele capaz de fornecer uma maior apreensão da realidade abordada em questão. Utilizaremos, pois, autores de vinculação crítica e categorias de análise oriundas da tradição marxista e contributivas para a discussão.

No tópico inicial discutiremos brevemente a crise estrutural do Capital, a chegada da ofensiva neoliberal no país bem como as saídas elaboradas pelo Estado brasileiro para o contorno aos seus efeitos ainda na década de 1990. Na sequência resgataremos a discussão da *cultura da crise* elaborado pela professora Ana Elisabete Mota na década de 1990 e que acreditamos ainda ser relevante para a reflexão do tempo presente.

De posse de tais elementos, discutiremos o papel da mídia na normalização da barbárie atual mediante a problematização de reportagens e notícias que visam mitigar os efeitos da crise econômica. Na sequência teceremos algumas considerações finais e apresentaremos as referências bibliográficas utilizadas para elaboração deste trabalho.

2 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Nas últimas três décadas experimentamos na sociedade brasileira uma gama de transformações em âmbito econômico, político e cultural. Parte dessas transformações tem suas raízes na crise estrutural do Capital que data da década de 1970 e resulta em diversas modificações em escala global.

Tais modificações são espraiadas devido ao processo de *mundialização* do Capital, nos termos discutidos por Chesnais (1996), em que esta fase é caracterizada por um conjunto de relações que modificam não apenas os fatores econômicos, mas o conjunto da vida social. Essa discussão é vital para não se perder de vista a perspectiva de *totalidade* das análises conjunturais, já que compreende-se o sistema capitalista como um complexo articulado.

A crise estrutural do Capital conforme Mészáros (2009) afeta o sistema não apenas em âmbito econômico, mas em todas as dimensões da vida social, colocando em xeque a viabilidade de sua reprodução enquanto sistema de organização social. Nesses termos, a crise afeta a reprodução imediata da força de trabalho, provoca crises em âmbito político e cultural, gerando consequências nefastas para a classe trabalhadora.

É nesse contexto que se discute a ampliação do processo de barbárie social como consequência da crise estrutural do Capital e da manutenção da elevação das taxas de lucro. Na história da conjuntura recente tivemos na pandemia uma ampliação tanto da crise econômica quanto da crise política no país, motivado majoritariamente pelas respostas da burguesia nacional a esse momento quanto pela gestão de Bolsonaro frente à Covid-19.

Em termos mais precisos, o Brasil sofre com os efeitos da crise desde a década de 1990, quando chega ao país a ofensiva neoliberal formulada a partir do consenso de Washington no sentido de pautar mudanças em âmbito mundial para restabelecimento das taxas de lucro do Capital. É nesse momento que temos a Reforma do Aparelho do Estado, através do plano Bresser Pereira, conforme discute extensamente BEHRING (2008). Naquele momento a crise econômica que se sentia em todo o globo foi lida na América Latina como uma crise de origem *fiscal* de modo que a crítica foi direcionada à organização do Estado.

Segundo Elaine, Bresser defende uma modernização da sociedade brasileira a partir de um pacto que se iniciaria com a “liberalização comercial, as privatizações e o programa de estabilização monetário (plano real) e prossegue com a reforma da

administração pública: a chamada reforma gerencial do Estado" (BEHRING, 2008, p. 176)

A crise da dívida demonizada nos moldes neoliberais como crise do Estado é reformulada em Bresser Pereira como uma crise fiscal e como um modelo burocrático de administração. O Estado seria ineficiente e lento (BEHRING, 2008) e os serviços prestados por ele de péssima qualidade, tudo isso gerando uma "subjetividade antipública" (BEHRING, 2008, p.200).

Apesar do extenso processo de privatizações empreendido por FHC houve nos governos petistas um período de expansão das políticas sociais e ainda que passíveis de crítica, de muitos ganhos para a classe trabalhadora. Esse período foi cessado com o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff, então presidenta eleita, em 2016. Nesse momento já podemos observar traços mais proeminentes da crise econômica conjuntural advinda do processo de rompimento da bolha imobiliária em 2008 que gerou impacto no sistema financeiro mundial e aprofundou a crise estrutural.

O impeachment do governo de Dilma e a condução de Michel Temer ao poder foi utilizado como instrumento pela burguesia nacional de modo a empreender as reformas que julgavam necessárias para o controle da crise no país, principalmente a reforma trabalhista (aprovada em 2017) e a reforma da previdência (aprovada em 2019 já no governo Bolsonaro).

Com a veiculação do discurso de que a reforma trabalhista geraria mais empregos e de que a previdência social é *onerosa* para o Estado brasileiro, as reformas passaram sem grande esforço, principalmente frente ao pouco poder de mobilização da classe trabalhadora naquele momento.

Somando-se a tais discursos, a reatualização da ideia de controle fiscal do Estado recaiu sobre as receitas de financiamento das políticas públicas de maneira geral, o que originou a Proposta de Emenda Constitucional 95, a assim chamada *PEC do teto dos gastos*, aprovada em 2016. A "PEC da morte", como ficou conhecida, institui um novo regime fiscal que impõe limites nos investimentos e

orçamentos para as políticas públicas baseado nos índices inflacionários do ano anterior.[3] Desta forma, tem-se um *congelamento* nos investimentos e despesas públicas durante 20 anos com a justificativa de se perseguir o controle fiscal e a eficiência pública.

Os efeitos da Emenda Constitucional 95 na saúde se tornou evidente no sufocamento do Sistema Único de Saúde durante a gestão da Covid-19 no país, com hospitais lotados[4], falta de insumos e uma logística carente de investimento estrutural. A expressão talvez mais desoladora de tal diagnóstico tenha sido a situação calamitosa vivenciada em Manaus no Amazonas, em que a falta de recursos associado ao descaso do governo fez colapsar diversos hospitais pela quantidade de leitos exigidos e a falta de oxigênio, causando a morte de inúmeros amazonenses.[5]

Durante a pandemia de Covid-19, que chegou ao Brasil no dia 26 de fevereiro de 2020, com o primeiro caso confirmado em São Paulo, uma das principais e mais *efetivas* recomendações da Organização Mundial da Saúde é o distanciamento social no combate à propagação do vírus. Tal medida, se seguida com rigor, tem o potencial de fazer cair a transmissão da doença e por consequência o número de infectados, evitando assim muitas mortes.

Todavia, apesar da recomendação da OMS, o que se observou no país foi uma estratégia de propagação do vírus orquestrada e empreendida pelo governo federal, conforme aponta pesquisa de CALIL (2021) sobre a negação da pandemia no Brasil e as ações de Bolsonaro diante da gravidade da pandemia. Ainda assim, a ação responsável de diversos prefeitos e governos estaduais cujas ações foram

---

[3] Texto da lei integral disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm

[4] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/05/oferta-de-leitos-de-uti-para-covid-cresce-150-mas-hospitais-seguem-lotados.shtml Acesso em 26 Ago.

[5] Disponível em: https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/02/14/crise-do-oxigenio-um-mes-apos-colapso-em-hospitais-manaus-ainda-depende-de-doacoes-do-insumo.ghtml Acesso em 26 Ago.

pautadas na ciência propiciou um *ensaio*[6] de quarentena e isolamento social no país.

Essas ações foram materializadas através de decretos municipais e estaduais que orientam o fechamento do comércio, de igrejas, escolas e universidades etc e dão orientações de outros tipos acerca do distanciamento social. Tais medidas, bem como a *adesão* da população a elas se tornaram alvo de reflexão, considerando o que a restrição do funcionamento do comércio e diversos outros serviços representa para aqueles cuja fonte de renda se encontra ali.

A crítica ao fechamento do comércio principalmente pelo Ministro da Economia Paulo Guedes[7] que, com frequência advogou contra o isolamento social sob a justificativa de que isso traria um colapso para a economia do país é uma das nuances que se pauta na lógica de reprodução do Capital e na priorização do lucro em vez da vida.

Outros debates acerca das medidas de isolamento, esses pautados pela esquerda, refletem sobre o papel do governo em dar subsídios para viabilizar para a classe trabalhadora o isolamento social. Considerando principalmente a situação do mercado de trabalho brasileiro cuja massa de trabalhadores informais atinge quase 40% da população[8] que possui alguma atividade, a garantia dessas condições de isolamento são essenciais para a manutenção da própria reprodução do trabalhador.

Sem garantias de renda e contando com as próprias condições de insegurança do mercado de trabalho, devido a crise e a ausência de vínculos, torna-se difícil para o trabalhador aderir ao isolamento social, arriscando-se a contrair o vírus em transportes públicos superlotados.

---

[6] Aqui tratamos do tema de forma bem superficial, todavia basta dizer que as medidas de isolamento social e quarentena não foram de fato empreendidas no país devido tanto a propagação do negacionismo Bolsonarista como a falta de conscientização da população diante da gravidade da pandemia.

[7] Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/guedes-teme-colapso-por-medidas-de-isolamento-social/ Acesso em 26 Ago.

[8] Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/pais-tem-taxa-de-informalidade-de-395-no-trimestre-ate-dezembro-mostra-ibge/ Acesso em 26 Ago.

Essa pauta exaustivamente colocada desde o início da pandemia deu origem ao *auxílio emergencial*, instituído no dia 2 de abril de 2020, através do Projeto De Lei n° 13.989[9]. O benefício no valor de R$600,00 reais foi concedido a trabalhadores informais, microempreendedores individuais e pessoas de baixa renda que atendessem aos critérios estabelecidos no projeto de lei apresentado pelo Deputado Federal Eduardo Barbosa do PSDB/MG.

A iniciativa não foi necessariamente uma novidade, pois acompanhava a tendência de outros países no sentido de implementação de uma renda emergencial para *atenuar* os efeitos da pandemia em âmbito econômico, visando subsidiar o isolamento social e as medidas restritivas recomendadas pela OMS. Todavia, o Ministro da Economia Paulo Guedes inicialmente sinalizou[10] a possibilidade de pagamento de um benefício em modelo de *vouchers* à população, no valor ínfimo de R $200,00 reais.

O aumento no valor do Auxílio foi fruto de pressão de organizações sociais e de partidos de oposição na Câmara Legislativa, principalmente o PT e o Psol[11]. A medida inicialmente prevista para durar 3 meses, foi prorrogada até o fim de 2020 no valor inicial de 600 e atualmente encontra-se em pagamento no valor de 150,00 reais.

Apesar da medida ser importante, está longe de ser realmente efetiva na diminuição dos efeitos da crise, principalmente se considerarmos que o principal mecanismo para um retorno à “normalidade”, a vacinação, vem sendo desde o início sabotado[12] pelo governo conforme apurado em investigação da CPI da Covid.

---

[9] Texto completo da lei disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958

[10] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/contra-pandemia-governo-vai-distribuir-r-200-para-trabalhadores-informais.shtml Acesso em 26 Ago.

[11] Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/648307-lideres-da-oposicao-propoem-renda-basica-emergencial-durante-a-pandemia/

[12] Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4929536-bolsonaro-recusou-vacina-da-pfizer-em-2020-por-metade-do-preco.html Acesso em 26 Ago.

Todo esse contexto da pandemia aliado à saídas *antipovo* do governo Bolsonaro e do Capital, tem aprofundado a crise econômica no país, e ampliando a barbárie social que afeta a classe trabalhadora, tendo como pano de fundo a normalização da crise.

3 NORMALIZAÇÃO DOS EFEITOS DA CRISE E O PAPEL DA IMPRENSA

Fazendo um resgate da discussão de MOTA (1995) sobre a *cultura da crise,* podemos observar uma validação indiscutível de sua elaboração teórica que data da década de 1990 sobre a discussão da crise no país. Segundo ela, o discurso da crise seria elaborado, procurando negar os referenciais teóricos, políticos e ideológicos que possibilitariam identificar fatores e propostas diferentes sobre a situação econômica do país. Para ela

> O traço predominante dessa cultura é a ideia de que a crise afeta igualmente toda a sociedade, independentemente da condição de classe dos sujeitos sociais, de modo que a "saída" da crise exige consensos e sacrifícios de todos. Para tanto, a burguesia tenta obter o consenso ativo das classes subalternas, baseado em questões que afetam o cotidiano das classes trabalhadoras, considerando-as como situações decorrentes da crise. (MOTA, 1995, p.101)

Nesse contexto, temos a veiculação de um discurso que coloca a crise econômica como algo que afeta a todos e que por isso tem que ser enfrentado por todos, de modo a naturalizar situações de destruição de direitos e expressões da barbárie. Está claro para Mota, que o discurso da cultura da crise é produzido, visando a criação de um consenso na sociedade para que a classe trabalhadora aceite *passivamente* a destruição de direitos, o aumento nos preços dos bens de consumo e não se organizem para a cobrança de medidas *efetivas* de saída da crise. Segundo Mota (2019) essa cultura saturada de ideologias passivizam a consciência social e a luta dos trabalhadores, de modo a *conformar* as condições de reprodução do grande Capital.

É nessa concepção de fomento de uma cultura da crise e da criação de um consenso que pode ser verificado o papel ativo dos aparelhos privados de hegemonia, principalmente da imprensa. De acordo com (LIGUORI, 2017, p. 75) "Um 'aparelho' serve para criar um 'novo terreno ideológico', para afirmar uma 'reforma filosófica', uma 'nova concepção de mundo'". Desta maneira, como aparelho privado de hegemonia, a imprensa desempenharia essa função de fomentar ideologia de consenso e pacificação social.

Partindo desse pressuposto, assumimos aqui que a imprensa tem desempenhado um papel importante no sentido de *normalização da crise* e mais especificamente a realização de uma *apologética* dos efeitos da crise sobre a vida cotidiana da classe trabalhadora.

Elencamos pois, algumas notícias, editoriais e reportagens publicados ou veiculados pela grande mídia que visam uma normalização do aprofundamento da crise no país, no sentido de *mascarar* os efeitos da barbárie que se faz presente no Brasil. Tendo em vista o pouco espaço aqui disponível escolhemos a expressão mais brutal da crise econômica no país: a fome e a insegurança alimentar.

Como apontado anteriormente, o auxílio emergencial foi concedido após muita controvérsia e resistência do governo federal e com um valor que, apesar de ser maior do que o inicialmente pensado pelo Ministro da Economia, não representa uma quantia necessária para suprir as carências do brasileiro, principalmente tendo em vista o aumento na inflação.[13]

O valor da cesta básica no país custa em média 626,00 reais, de acordo com pesquisa[14] do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - Dieese, o que já é mais do que o valor inicial da parcela do auxílio emergencial.

[13] Inflação diz respeito a alteração, ou mais frequentemente, o aumento de preços de um bem ou serviço.
[14] Pesquisa disponível em: https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202103cestabasica.pdf Acesso em 26 Ago.

Esse panorama dos preços nos dá o indicativo dos motivos que levaram o país a voltar ao mapa da fome no mundo[15], lugar que não ocupava desde 2014.

Diante dessas condições vivenciadas pela população brasileira encontramos reportagens como a do "O Globo" cujo título sugere *"Criatividade na cozinha: veja 5 formas de substituir a carne pelo ovo sem cair na mesmice" (TONDO, 2021).* A reportagem discute brevemente o aumento nos preços da carne e frango nos últimos doze meses, 38,7% e 18,6% respectivamente, e segue dando dicas de como "inovar na cozinha" com receitas cujo alimento principal é o ovo.

Um outro exemplo mais impactante dessa *mistificação* da realidade e romantização da pobreza empreendida pela imprensa nacional ocorreu na emissora "Rede Massa" afiliada do SBT no Paraná. A chamada da matéria diz "Gás caro e comida mais saborosa: fogão a lenha vira xodó nas casas"[16] e acompanha o dia de uma dona de casa que tem que acordar mais cedo para cortar a lenha e preparar o forno para cozinhar a refeição.

Essa realidade é a saída para diversos lares brasileiros que não possuem os meios de custear o gás de cozinha que atualmente custa entre 89,00 e 125,00[17] a depender da região do país. Essa utilização acarreta diversos riscos à saúde principalmente por causa da fumaça que pode levar a problemas respiratórios como bronquite aguda[18]. Além de tudo, no cenário da pandemia o risco de queimaduras aumenta consideravelmente se pensarmos na constante utilização de álcool para higienização das mãos, substância altamente inflamável.

---

[15] Disponível em : https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/brasil-volta-ao-mapa-mundial-da-fome-16346961 Acesso em 26 Ago.

[16] Disponível em: https://www.pragmatismopolitico.com.br/2021/04/romantizacao-da-pobreza-em-emissora-de-ratinho-provoca-revolta-nas-redes.html Acesso em 26 Ago.

[17] Disponível em: https://noticias.r7.com/economia/preco-do-gas-de-cozinha-fica-6-mais-caro-a-partir-desta-terca-feira-06072021 Acesso em 26 Ago.

[18] Disponível em: https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/fogao-a-lenha-improvisado-pode-causar-riscos-a-saude-16344019 Acesso em 26 Ago.

Como terceiro e último exemplo da *normalização* dos efeitos da crise empreendida por veículos de imprensa temos a reportagem do G1 *"Quando é seguro comer pão, queijo e outros alimentos mofados"*[19] apresentando as características necessárias para se identificar quando um alimento é comestível apesar da aparência.

Num momento de intensificação da fome no país tal reportagem expressa um *desserviço* para a população ao passo que facilita a normalização da pobreza e da barbárie, principalmente se levarmos em consideração o agravamento do quadro de insegurança alimentar no Brasil[20]. Segundo pesquisa realizada pelo núcleo *Food for Justice - Power, Politics and food inequality in a Bioeconomy* da Universidade livre de Berlin, a insegurança alimentar no país chegou a 59% dos domicílios sendo maiores nas regiões Norte (29,2%) e Nordeste (22,1%), expressão essa das desigualdades entre as regiões.

Segundo pesquisa da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PenSSAN)[21], o número de brasileiros em nível de insegurança alimentar chegou em dezembro de 2020 a 116 milhões, num cenário em que o país através do Agronegócio produz comida para alimentar até 1,6 bilhão de pessoas, sendo o segundo maior produtor de alimentos do mundo.[22] Esse quadro em contraste com as informações e dados anteriormente apresentados mostra qual a *prioridade* da burguesia nacional e do governo: o lucro acima da vida dos brasileiros.

---

[19] Disponível em: https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2020/09/26/quando-e-seguro-comer-pao-queijo-e-outros-alimentos-mofados.ghtml Acesso em 26 Ago.

[20] Insegurança alimentar configura-se quando não existe acesso regular e contínuo a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente.

[21] Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/mais-de-116-milhoes-de-brasileiros-nao-tem-comida-suficiente-ou-passam-fome-diz-pesquisa/ Acesso em 26 Ago.

[22] Disponível em: https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/agro/2020/10/761466-brasil-produz-comida-para-alimentar-ate-1-6-bilhao-de-pessoas.html Acesso em 26 Ago.

Se somarmos a isso a iniciativa já sinalizada[23] pelo Ministro da Economia Paulo Guedes no interesse de alterar a legislação sobre o uso de produtos fora do prazo de validade a fim de *evitar desperdício* de alimentos no país, o prognóstico se torna ainda mais aterrador. No segundo país em que mais se produz alimentos no mundo e a fome atinge 116 milhões de pessoas é criminoso se falar em desperdício de alimentos.

4 CONCLUSÃO

A crise econômica e sua normalização se tornou cada vez mais presente na vida cotidiana dos brasileiros, contando inclusive com o auxílio da mídia nesse processo, realizando um verdadeiro trabalho de assessoria de imprensa ao Capital. Esse trabalho *esvazia* de conteúdo as reportagens, notícias e editoriais visando mistificar a situação em que se encontra o país e por consequência minar as possibilidades de reflexão e resistência.

A barbárie social em que se encontram milhões de brasileiros é sentida de forma mais intensa nos efeitos imediatos de sua reprodução material na fome, na violência e na política de morte empreendida pelo atual presidente e sua base governista. O avanço do conservadorismo torna-se expresso na brutalidade policial, principalmente contra a população jovem e periférica negra, nos casos de misoginia e LGBTQfobia, especialmente nos últimos meses contra as pessoas *trans.*[24]

Os casos que exemplificam a *mistificação* da situação do país não se limitam àqueles anteriormente citados neste trabalho. O papel da imprensa tem se mostrado essencial para a manutenção do Capital e sua leitura como *fim último* do sistema de reprodução social. Os editoriais, ainda que teçam críticas pontuais à atuação do

---

23 Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/06/18/governo-pode-flexibilizar-prazo-de-validade-de-alimentos Acesso em 26 Ago.

24 Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/01/29/assassinatos-de-pessoas-trans-aumentaram-41-em-2020 Acesso em 26 Ago.

governo frente à crise do Covid no país, buscam atenuar e desvincular tais problemas das contradições do sistema capitalista, de modo a realizar uma apologética.

Atuando como um indispensável partido neoliberal dentro dos moldes dos aparelhos privados de hegemonia, a grande mídia brasileira desempenha papel importante na manutenção do *status quo* e da legitimação das escolhas políticas da burguesia nacional. Se ao passo que Bolsonaro tem se mostrado uma escolha arriscada diante de tantos escândalos escancarados na CPI da Covid o seu programa econômico representado pela figura de Paulo Guedes continua a ser louvado e isento de críticas.

A defesa das reformas, principalmente a iminente reforma administrativa é o que motiva a grande mídia a agir como braço direito da burguesia nacional em busca da máxima obtenção de lucro. A destruição de direitos e consequentemente a ampliação do processo de barbárie social é o que se coloca como horizonte norteador das ações do Capital e é a essa realidade que se deve buscar fazer resistência.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008

BOSCHETTI, Ivanete. A agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. Serviço Social e Sociedade, n. 128, p. 54-71, jan./abr. 2017.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. Serviço Social & Sociedade [online]. 2021, n. 140[Acessado 2 Julho 2021] , pp. 30-47. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>.
CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

Galindo, E., Teixeira, M. A., de Araújo, M., Motta, R., Pessoa, M., Mendes, L., & Rennó, L. (2021). Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Food for Justice Working Paper Series, 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. Disponível em:

https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y Acesso em 24 jul.

LIGUORI, Guido. VOZA, Pasquale. (org.). Dicionário Gramsciano (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo, Boitempo, 2003.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da crise e seguridade social. São Paulo: Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete. A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro. In: “O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro / Juliana Fiuza Cislaghi, Felipe Demier. – Rio de Janeiro : Consequência, 2019.

TONDO, Stephanie. O Globo Economia. Criatividade na cozinha veja 5 formas de substituir carne pelo ovo sem cair na mesmice. Disponível em https://oglobo.globo.com/economia/como-economizar/criatividade-na-cozinha-veja-5-formas-de-substituir-carne-pelo-ovo-sem-cair-na-mesmice-25116199 acesso em 24 jul.